

ACTA Nº 1/12

Aos quinze dias do mês de Maio de dois mil e doze, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniram, no oitavo andar da sede social, na Avenida João XXI, número sessenta e três, em Lisboa, a Senhora Dr<sup>a</sup> Elsa Roncon Santos, Directora Geral do Tesouro e Finanças, na qualidade de representante do Estado, accionista detentor da totalidade do capital social da Caixa Geral de Depósitos, S.A.; o Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral, Senhores Professor Doutor Manuel Carlos Lopes Porto e Dr. José Lourenço Soares, respectivamente; os membros do Conselho de Administração, Senhores Eng<sup>o</sup> Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira, Presidente, Dr. José Agostinho Martins de Matos, Vice-Presidente, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, Dr. Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Dr. Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, Dr. João Nuno de Oliveira Jorge Palma, Dr. José Pedro Cabral dos Santos, Professor Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Dr. Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Professor Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento, Vogais; a sociedade de revisores oficiais de contas “Oliveira Rego & Associados, SROC”, representada pelo Senhor Dr. Manuel de Oliveira Rego, e o Secretário da Sociedade, Senhor Dr. João Manuel Travassos Dias Garcia.

A Senhora representante do Estado propôs e votou que a Assembleia Geral da Caixa Geral de Depósitos S.A. se constituísse e deliberasse nos termos do número 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2011, da actividade individual e consolidada;
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
3. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
4. Deliberar sobre a declaração relativa à política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Constituída a Assembleia Geral, nos termos da disposição legal citada, o Senhor Professor Doutor Manuel Lopes Porto declarou aberta a sessão, saudou todos os presentes, os que pela primeira vez participavam nesta assembleia e os que já faziam

parte, e disse que se entrava no primeiro ponto da Ordem do Dia, tendo dado a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração para, querendo, fazer a apresentação do Relatório e Contas.

O Senhor Presidente do Conselho de Administração saudou todos os presentes e disse que o Relatório e Contas expressava devidamente o que tinha sido a actividade da CGD no exercício de 2011, acrescentando que aludiria, por isso, apenas a alguns aspectos fundamentais.

Assim, começou por referir que os resultados da CGD são uma consequência inevitável da evolução dos mercados e da situação económica nacional e internacional.

Com efeito, a CGD teve de registar imparidade de títulos, no montante de 617 milhões de euros, nomeadamente de acções detidas em diversas empresas, o que, só por si, justifica o resultado apresentado de -488 milhões de euros.

Ora, as participações sociais das empresas geralmente denominadas estratégicas, que constam do balanço da CGD (algumas das quais contribuíram em vários anos para os resultados, através da distribuição de dividendos), integraram-no em várias épocas, que vão desde 2001 a 2006, algumas delas por realização em espécie de aumentos de capital da CGD. Os efeitos no mercado de capitais da crise de 2007/2009 e da actual crise da dívida soberana conduziram a perdas elevadas nas cotações, sendo o total de imparidades registadas no conjunto Millennium BCP, EDP, GALP, PT, REN, ZON, entre 2006 e 2011, de 930 milhões de euros, na CGD individual, tendo, durante o mesmo período, o total de dividendos recebidos ascendido a 577 milhões de euros.

No Balanço Consolidado da CGD, a evolução da grande maioria dos indicadores é o reflexo da situação da crise que temos atravessado, como resulta dos dados seguintes.

No ano de 2007, atingimos um resultado líquido de 856,3 milhões de euros.

Em 2008, o resultado líquido foi de 459 milhões de euros, a imparidade de títulos ascendeu a 680,3 milhões de euros, a imparidade de crédito foi de 447,6 milhões de euros e os dividendos obtidos totalizaram 120,3 milhões de euros.

Em 2009, esses valores foram, respectivamente, de 278,9; 212,2; 416,8 e 108,4 milhões de euros.

Em 2010, de 254,9; 339,1; 369,1 e 197,5 milhões de euros.

E em 2011 de -488,4; 613,1; 825,9 e 146,7 milhões de euros.

Ou seja, no período de 2008 a 2011, os resultados líquidos totalizaram 504,4 milhões de euros, a imparidade de títulos 1.842,7 milhões de euros, a imparidade de crédito 2.059,4 milhões de euros e os dividendos obtidos 572,9 milhões de euros.

Por sua vez, o contributo das áreas seguradora e internacional para o resultado líquido consolidado evoluiu da forma seguinte:

Área Seguradora: 2007 – 162,4 milhões de euros; 2008 – 12,3 milhões de euros; 2009 – 9,4 milhões de euros; 2010 – 34,1 milhões de euros; 2011 – 5 milhões de euros;

Área Internacional: 2007 - 93,4 milhões de euros; 2008 – 70,9 milhões de euros; 2009 – 67,7 milhões de euros; 2010 – 80,8 milhões de euros; 2011 – 10 milhões de euros.

Também o aumento das provisões e imparidades de crédito resultam da conjuntura recessiva que caracterizou o ano de 2011.

Mas os indicadores relacionados, respeitantes à evolução dos incumprimentos, designadamente o mais significativo, o rácio crédito em risco sobre crédito total, comparam muito bem com as outras instituições de crédito, situando-se a CGD em 3º lugar entre os 5 maiores bancos. Acresce que a CGD passou confortavelmente os *stress tests* da EBA e a recente auditoria às carteiras de crédito da banca - realizada no âmbito do Programa de Ajustamento sob a orientação de um *Steering Committee* liderado pelo Banco de Portugal e integrando representantes dos Bancos Centrais de Espanha, França e Bélgica e *experts* internacionais - considerou os resultados e práticas da CGD como adequadas, sendo a pequena insuficiência de provisões apontada sido superada pelo excesso de provisões também existente.

Contribuíram ainda para os resultados, embora com uma expressão muito diferente, entre outros, as consequências do processo de desalavancagem (vendas a desconto de créditos sobre o estrangeiro), as implicações das alterações de regras contabilísticas determinadas pela EBA e os *downgrades* da República e da CGD. Aliás, como na maioria do sector.

Os resultados de exploração registados foram os melhores de entre os maiores

bancos, mantiveram-se ao nível de 2010 e dizem bem da qualidade da gestão imprimida à instituição.

Mas se os resultados foram negativos, a solidez e solvência da CGD reforçaram-se. O rácio de capital *Core Tier 1* (o indicador mais frequentemente utilizado para medir a solvência) aumentou de 8,6% em 2010 para 9,4% em 2011. Durante o mandato de 2008 – 2010 e em 2011, o rácio *Core Tier 1* evoluiu de 6,8% em 2008, para 8,3% em 2009, 8,8% em 2010 e 9,4% agora.

De notar é ainda que em 2007, quando se verificaram os melhores resultados de sempre da CGD (856 milhões de euros), o rácio *Core Tier 1* era de 5,8% e o rácio de solvabilidade de 10,5%, muito inferiores aos actuais 9,4% e 11,5%, respectivamente.

Foi garantida a solidez da CGD, os depósitos subiram sempre (6,8% em 2011) e a sua preservação é o nosso maior dever. A CGD cumpriu as suas missões fundamentais (a concessão de crédito às empresas diminuiu apenas 0,6% em relação ao ano anterior, neste difícil contexto) e contribuiu para a estabilidade do sistema.

Existem três pilares de avaliação de qualquer banco: i) *liquidez* (em que a CGD, apesar do apoio ao equilíbrio sistémico, como o caso BPN, tem uma situação de liquidez ímpar no sistema, ainda que com as condicionantes derivadas do contexto actual); ii) *solvabilidade*, a que já se fez referência; e iii) *situação económica*.

O equilíbrio de exploração de qualquer banco avalia-se sempre pelo nível e variação dos seus resultados de exploração, face ao volume de negócios (depósitos+créditos).

Ora, a CGD, apesar de estarmos na fase mais baixa do ciclo económico, manteve, em termos absolutos e relativos, como já disse, os seus resultados de exploração face ao ano anterior, comparando melhor com os seus *peers*, o que não deixa de ser relevante. O indicador resultados líquidos deve ser avaliado à luz dos ajustamentos extraordinários, ganhos/perdas extraordinários, devendo analisar-se os que são definitivos ou apenas temporários (além de outros factores).

Os bancos devem ser avaliados pela sua capacidade de gerar resultados recorrentes, sustentados (expurgados dos factores de natureza excepcional). O balanço da

CGD é um balanço sólido. A CGD gera, desde 2009, resultados de exploração superiores a mil milhões de euros.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente do Conselho de Administração, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Comissão Executiva, que saudou todos os presentes e considerou a apresentação acabada de fazer muito completa, referindo, em consequência, apenas que o Conselho de Administração tem cumprido o mandato que lhe foi conferido pelo accionista Estado numa envolvente nacional e internacional que se agravou substancialmente com a crise da dívida soberana.

A CGD prossegue a sua actividade sem acesso aos mercados, no quadro do “Funding and Capital Plan” e do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com as entidades internacionais.

Relevou ainda que a CGD está mais sólida em termos de capital e que a situação de liquidez é agora mais favorável, subsistindo como aspecto negativo a questão da rentabilidade, influenciada por razões que estão fora do controlo da instituição.

Interveio seguidamente o Senhor Presidente da Comissão de Auditoria que cumprimentou a Senhora representante do Estado e agradeceu a confiança nele depositada. Saudou de forma especial o Senhor Presidente da Mesa, Prof. Doutor Manuel Porto, a quem manifestou todo o apreço e admiração, bem como todos os membros do Conselho de Administração. Saudou, também, o Secretário da Mesa, Dr. José Lourenço Soares e agradeceu a colaboração dos colegas da Comissão de Auditoria, do Senhor Dr. Manuel de Oliveira Rego e do Secretário da Sociedade.

Sublinhou que os resultados alcançados, ainda que longe do que seria idealmente satisfatório, se ficaram a dever ao labor dos dois conselhos de administração responsáveis pelo exercício de 2011, a todos felicitando.

Recordou a actividade de fiscalização desenvolvida ao longo do exercício e confirmou não ter a Comissão de Auditoria dado conta de qualquer irregularidade na gestão.

Finalmente desejou ao accionista as maiores felicidades na difícil tarefa de criação de condições mais favoráveis para a actuação da CGD.

Por último, o Senhor Dr. Manuel de Oliveira Rego referiu que a sociedade sua representada emitiu a certificação legal das contas onde se realçam apenas algumas informações consideradas mais relevantes.

Verificando não haver mais intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra à Senhora representante do Estado, que votou favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício de 2011, da actividade individual e consolidada, atentas as ênfases expressas nas Certificações Legais das Contas Individuais e Consolidadas.

Passou-se seguidamente ao segundo ponto da Ordem do Dia, tendo o Senhor Presidente da Mesa lido a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Posta à votação, a Senhora representante do Estado propôs e votou favoravelmente a proposta do Conselho de Administração, de que, nos termos do artigo 66º, nº 5, alínea f) e do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 26º dos Estatutos da Caixa Geral de Depósitos, o prejuízo apurado no exercício respeitante à actividade individual da CGD, no montante de € 316.255.089,00, seja integrado na rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” do Balanço.

Sobre o terceiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora representante do Estado manifestou votos de confiança no Conselho de Administração, nos órgãos de fiscalização e em cada um dos seus membros.

Passou-se então ao quarto ponto da Ordem do Dia, relativamente ao qual a Senhora representante do Estado propôs e votou favoravelmente que a deliberação sobre a declaração sobre política remuneratória dos membros dos órgãos sociais seja tomada quando for possível definir integralmente o estatuto remuneratório dos membros executivos do Conselho de Administração.

Esgotada a apreciação e votação de todos os pontos da Ordem do Dia, o Senhor Presidente do Conselho de Administração pediu a palavra para agradecer à Mesa da Assembleia Geral e ao seu Presidente, ao accionista e a todos os órgãos sociais, apelando ao contínuo empenhamento de todos no cumprimento da missão que está confiada à

Caixa.

Seguidamente, a Senhora representante do Estado saudou todos os participantes na reunião e referiu ser uma honra representar o accionista pela primeira vez numa assembleia geral da CGD.

Antes de dar por encerrada a sessão, o Senhor Presidente da Mesa acrescentou duas notas: a primeira no sentido de ser desejável que haja uma maior publicitação do modo como a Caixa tem vindo a ser gerida, com a maior ponderação e a maior eficácia, face aos melhores critérios de avaliação disponíveis; e a segunda no sentido de sublinhar o significado da presença da Caixa em territórios longínquos a que estivemos, estamos e continuaremos a estar tão ligados, como são os casos de Macau e de Timor, sentindo-se por isso aí a presença do nosso país.

Por fim, saudou novamente todos os presentes e, verificando não haver mais intervenções, declarou encerrada a reunião, às dezanove horas.

Mel. Card. Lda. Porto  
Jose' Augusto Dias  
Mrs Manuel Antonio Dias Garcia

